



BAYER S.A.

São Paulo - SP - CNPJ nº 18.459.628/0001-15

Relatório da Administração

Presente no Brasil há 122 anos, a Bayer é uma empresa inovadora com competências centrais nas áreas de saúde e agricultura. Desenvolvemos novas moléculas para a utilização em produtos e soluções para melhorar a saúde das pessoas, animais e plantas. Nossas atividades de pesquisa e desenvolvimento são baseadas na profunda compreensão dos processos bioquímicos que ocorrem nos organismos vivos. Nosso objetivo é atingir e manter posições de liderança nos nossos mercados, gerando assim valores para nossos clientes, públicos de interesse e colaboradores. Com essa finalidade, nossa estratégia foi projetada para ajudar a resolver alguns dos desafios mais urgentes enfrentados pela humanidade. Temos o compromisso de atuar com sustentabilidade e assegurar nossas responsabilidades éticas e sociais com cidadania empresarial, respeitando os interesses de nossos stakeholders. Tudo isso faz parte da nossa missão: Bayer: Ciência para Uma Vida Melhor. Em 2017, o ritmo operacional da Bayer globalmente esteve próximo ao do ano anterior. A empresa manteve um bom progresso em termos estratégicos e avançou na negociação com as autoridades regulatórias para concluir a aquisição da Monsanto. Dessa forma, as vendas do grupo aumentaram 1,5% (Fx & portfólio aj.) para 35,015 bilhões de euros. O EBITDA antes dos itens especiais, nível ano a ano, ficou na faixa de 9,288 bilhões de euros. O lucro líquido aumentou 61,9% para 7,336 bilhões de euros. **Crop Science:** As vendas no setor agrícola retrocederam em 2,2% para 9,577 bilhões de euros. Isso foi devido, principalmente, à situação no setor de produtos para a proteção de colheitas no Brasil, em que os volumes ficaram estagnados por estoques inesperadamente altos no mercado. Desconsiderando esta situação, as vendas de Crop Science aumentaram

em 3%. As vendas diminuíram em 18% na América Latina, mas cresceram em 5,8% na América do Norte, seguida pela Ásia/Pacífico e Europa/Oriente Médio/África. **Pharmaceuticals:** As vendas de medicamentos prescritos aumentaram em 4,3% (Fx & portfólio aj.) para 16,847 bilhões de euros - um novo recorde. O número total de vendas do anticoagulante Xarelto®, o medicamento para os olhos Eylea®, os medicamentos contra o câncer Stivarga® e Xofigo® e o tratamento de hipertensão pulmonar Adempas® avançaram em 16,3% (Fx aj.), para 6,166 bilhões de euros. O desenvolvimento das vendas do Xofigo® foi particularmente forte, na casa de 25,6% (Fx aj.), devido, principalmente, ao seu lançamento no mercado do Japão, em 2016, e a uma maior demanda nos Estados Unidos. O negócio de Xarelto® expandiu em 13,9% (Fx aj.), devido, principalmente, a maiores volumes na Europa, Japão e China. A Bayer também registrou ganhos por suas receitas advindas de licenças nos Estados Unidos - reconhecidas como vendas -, onde o Xarelto® é comercializado por uma subsidiária da Johnson & Johnson. As vendas do Eylea® subiram em 18,5% (Fx aj.), devido, especialmente, aos volumes maiores na Europa, Canadá e Japão. **Consumer Health:** As vendas de produtos de cuidados pessoais diminuíram em 1,7%, caindo para 5,886 bilhões de euros. Isto foi devido ao desenvolvimento comercial abaixo do esperado nos Estados Unidos. Além disso, as autoridades chinesas alteraram inesperadamente o status legal de duas das marcas dermatológicas e medicinais da Bayer, de MIP a medicamentos sob receita médica, o que levou à queda das vendas no quarto trimestre de 2017. Em contrapartida, os negócios da divisão cresceram na Europa/Oriente Médio/África, enquanto que as vendas na

América Latina mantiveram o nível do ano anterior. O negócio com a linha de produtos dermatológicos Bepantol® expandiu em 6,6%, apresentando ganhos de vendas, particularmente na Europa/Oriente Médio/África, e especialmente na Alemanha. Outro destaque é para a marca de saúde íntima feminina Gino-Canesten® que cresceu em 3,5%, principalmente por causa do desempenho comercial positivo na China e no Reino Unido. **Saúde Animal:** As vendas de Saúde Animal cresceram 2% (Fx e portfólio adj.) e ficaram em 1,571 bilhão de euros. Os negócios se desenvolveram de forma especialmente positiva na região da Ásia/Pacífico, com destaque para Seresto® e o portfólio de Advantage®. **Inovação:** O objetivo da Bayer é atuar de forma sustentável e melhorar as vidas das pessoas, animais e plantas ao redor do mundo com produtos e soluções inovadoras. Por essa razão, a empresa investe fortemente em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D). Em 2017, o grupo Bayer investiu € 4.5 bilhões em Pesquisa & Desenvolvimento. **Bayer: Se é Bayer, é bom (Science For A Better Life):** A Bayer é uma empresa global com competências em Ciências da Vida nas áreas de agricultura e cuidados com a saúde humana e animal. Seus produtos e serviços são desenvolvidos para beneficiar as pessoas e melhorar sua qualidade de vida. Além disso, a Companhia objetiva criar valor por meio da inovação. A Bayer é comprometida com os princípios do desenvolvimento sustentável e com suas responsabilidades sociais e éticas como uma empresa cidadã. Em 2017, o Grupo empregou cerca de 99 mil pessoas e obteve vendas de € 35 bilhões. Os investimentos totalizaram € 2.4 bilhões e as despesas com Pesquisa & Desenvolvimento somaram € 4.5 bilhões. Para mais informações, acesse www.bayer.com.br.

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa		Passivo e patrimônio líquido		Nota explicativa	Nota explicativa	
	2017	2016	2017	2016		2017	2016
Circulante			Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	644.273	Empréstimos e financiamentos	14	157.198	173.247	
Contas a receber	6	5.622.423	Fornecedores		250.230	313.696	
Estoques	7	1.825.740	Fornecedores - partes relacionadas	10	297.823	648.123	
Impostos a recuperar	8	231.648	Empréstimos - partes relacionadas	10	5.765.454	6.331.236	
Instrumentos financeiros derivativos	22	10.224	Salários e encargos sociais		201.684	300.371	
Outros ativos		113.813	Impostos e contribuições a recolher		79.068	69.485	
Total do ativo circulante		8.448.121	Provisões diversas	15	1.037.889	780.960	
Não circulante			Instrumentos financeiros derivativos	22	90.289	61.676	
Realizável a longo prazo:			Outros passivos		52.760	29.875	
Contas a receber	6	92.265	Total do passivo circulante		7.932.395	8.708.669	
Impostos a recuperar	8	23.251	Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	1.091.154	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16	147.235	158.263	
Depósitos judiciais	16	166.324	Provisão para assistência médica	17.b	276.976	208.271	
		1.372.994	Arrendamento mercantil		8.929	8.634	
Investimentos	11	7.048	Demais contas a pagar		7.604	3.031	
Imobilizado	12	805.678	Total do passivo não circulante		440.744	378.199	
Intangível	13	196.973	Patrimônio líquido	18			
Total do ativo não circulante		2.382.693	Capital social		1.308.041	1.308.041	
			Ajustes de avaliação patrimonial		(44.604)	(25.054)	
			Reserva de lucros a realizar		1.194.238	1.641.923	
			Total do patrimônio líquido		2.457.675	2.924.910	
Total do ativo		10.830.814	Total do passivo e do patrimônio líquido		10.830.814	12.011.778	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Outros resultados abrangentes	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
		2017	2016				
Saldos em 31 de dezembro de 2015		1.308.041	(209.563)	2.043.516		3.141.994	
Prejuízo líquido do exercício						(147.363)	(147.363)
Resultados abrangentes			156.065				156.065
Juros sobre o capital próprio	10					(225.786)	(225.786)
Transferência para reserva de lucros			28.444	(401.593)		373.149	
Saldos em 31 de dezembro de 2016		1.308.041	(25.054)	1.641.923		2.924.910	
Prejuízo líquido do exercício						(422.478)	(422.478)
Resultados abrangentes			(40.670)				(40.670)
Acervo da incorporação de participação em controlada	1			(4.087)			(4.087)
Transferência para reserva de lucros			21.120	(443.598)		422.478	
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1.308.041	(44.604)	1.194.238		2.457.675	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais
A Bayer S.A. ("Companhia") tem sua sede localizada na Rua Domingos Jorge, 1.100, Socorro, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Possui como controlador final a Bayer AG, sediada na Alemanha, cujas ações estão listadas na Bolsa de Frankfurt. A Companhia opera no Brasil há 122 anos, e tem suas operações, preponderantemente, nas áreas de Saúde e Agonegócios. A Companhia está atualmente organizada em três divisões: Pharmaceuticals, Consumer health ("Consumer") e Crop Science. A divisão Pharmaceuticals concentra-se nos medicamentos comercializados com receita médica, especialmente para a saúde das mulheres e cardiologia, assim como nas áreas terapêuticas de oncologia, hematologia e oftalmologia. A divisão também inclui a unidade de negócios de radiologia, que comercializa equipamentos de imagem e diagnóstico, juntamente com os agentes de contraste. A divisão Consumer Health atua no segmento de medicamentos isentos de prescrição tais como analgésicos, antialérgicos, gripes e resfriados, dermatologia, nutrição, proteção solar entre outros. A divisão Crop Science é fortemente dedicada na formulação de defensivos agrícolas em geral como inseticidas, fungicidas, formicidas, herbicidas e outros produtos químicos correlatos para a agricultura, pecuária e saúde animal. Desde 2013, a unidade de negócio vem ampliando suas operações e passando a atuar com maior intensidade também no desenvolvimento e comercialização de sementes agrícolas para plantio. Em janeiro de 2017, a Companhia incorporou o acervo líquido a valores contábeis da controlada Biagro do Brasil Ltda., pelo montante de R\$3.843, correspondente a 99,99% das cotas (vide nota explicativa nº 11). O acervo líquido da controlada Biagro do Brasil Ltda. na data da incorporação está apresentado a seguir:

Ativo	02/01/2017
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	131
Contas a receber	1.657
Estoques	1.589
Total do ativo circulante	3.377
Não circulante	
Contas a receber	8
Imobilizado	2.151
Total do ativo não circulante	2.159
Total do ativo	5.536
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	125
Fornecedores - partes relacionadas	1.259
Impostos e contribuições	158
Total do passivo circulante	1.542
Não circulante	
Parcelamentos fiscais	143
Outras provisões	8
Total do passivo não circulante	151
Total do acervo líquido incorporado	3.843
Em abril de 2017, a Companhia incorporou o acervo líquido a valores contábeis da controlada Nunhems do Brasil Comércio de Sementes Ltda., pelo montante de R\$11.304, correspondente a 100% das cotas (vide nota explicativa nº 11). O acervo líquido da controlada Nunhems do Brasil Comércio de Sementes Ltda. do Brasil Ltda. na data da incorporação está apresentado a seguir:	
Ativo	03/04/2017
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	3.446
Contas a receber	13.375
Estoques	8.709
Outros ativos	369
Total do ativo circulante	25.899

2. Resumo das Principais Práticas Contábeis
As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2.2. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e investimentos, que são mensurados pelo método da equivalência patrimonial e não são consolidados, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez e com risco insignificante de mudança em seu valor justo. Os investimentos de alta liquidez são valorizados com base no valor original, acrescido de juros incorridos até as datas dos balanços.

2.4. Instrumentos financeiros: 2.4.1. Categorias e mensuração: A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados nas seguintes categorias:

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para este fim, principalmente no curto prazo. Dessa forma, são classificados como ativos circulantes.

b) Empréstimos e recebíveis: São ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas dos balanços, os quais são classificados como ativos não circulantes. No caso da Companhia, tais ativos compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, incluindo partes relacionadas e outros ativos. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A receita (despesa) é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos financeiros não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) Passivos financeiros: Os passivos financeiros mantidos pela Companhia incluem passivos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os passivos financeiros compreendem empréstimos a pagar a partes relacionadas, saldos a pagar a fornecedores e partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, e outras contas a pagar.

Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa		Nota explicativa	
	2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida	19	6.258.187	19	7.902.394
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	20	(4.219.165)	20	(5.236.565)
Lucro bruto		2.039.022		2.665.829
Receitas (Despesas operacionais)				
Com vendas	20	(1.594.125)	20	(1.738.261)
Gerais e administrativas	20	(934.576)	20	(988.289)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20	67.488	20	261.760
Despesas operacionais, líquidas		(2.461.213)		(2.464.790)
Lucro (Prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		(422.191)		201.039
Resultado de equivalência patrimonial	11	3.118	11	5.468
Resultado financeiro				
Despesas financeiras	21	(979.555)	21	(1.616.673)
Receitas financeiras	21	752.286	21	1.175.828
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(646.342)		(234.338)
Imposto de renda e contribuição social				
Do exercício	9	-	9	11.019
Diferidos	9	223.864	9	75.956
Prejuízo líquido do exercício		(422.478)		(147.363)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa		Nota explicativa	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo líquido do exercício		(422.478)		(147.363)
Outros componentes do resultado abrangente				
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria		(21.120)		(28.444)
Hedges de fluxo de caixa, líquidos dos impostos		(19.550)		184.509
Total do resultado abrangente do exercício		(463.148)		8.702

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa		Nota explicativa	
	2017	2016	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Prejuízo antes do IR e CS		(646.342)		(234.338)
Ajustes ao resultado:				
Depreciação e amortização	20	109.244	20	97.342
Resultado de equivalência patrimonial	11	(3.118)	11	(5.468)
Valor residual de ativo imobilizado baixado		15.180		12.961
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6	265.370	6	415.663
Provisão para obsolescência dos estoques	7	49.041	7	35.413
Provisão (reversão de provisão) para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16	5.451	16	32.636
Marcação a mercado de instrumentos financeiros		68.067		25.727
Reversão da provisão para desinvestimento	12	(4.502)		-
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		6.372		(114.834)
Variação de ativos e passivos:				
Contas a receber		1.757.237		(7.058)
Estoques		(144.731)		(194.785)
Impostos a recuperar		226		(44.694)
Depósitos judiciais		28.821		24.348
Outros ativos		(19.030)		49.012
Fornecedores - terceiros e partes relacionadas		(413.766)		(192.226)
Salários e encargos sociais		(98.687)		(40.999)
Impostos e contribuições a recolher		9.583		(284.378)
Outros passivos e provisões diversas		284.682		(107.503)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais, antes dos juros pagos		1.269.098		(533.181)
Juros pagos		(787.052)		(882.624)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais		482.046		(1.415.805)

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos

Aquisições de investimentos	(2)	(12.800)
Caixa advindo de incorporação - Biagro e Nunhems	1	3.577
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		(165.911)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		(162.336)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Ingressos de empréstimos terceiros	178.899	173.314
Juros sobre capital próprio	-	(225.786)
Ingresso de empréstimos e Financiamentos - Partes relacionadas	10.962.518	9.892.657
Amortização de empréstimos de terceiros e partes relacionadas	(10.936.197)	(8.188.991)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	205.220	1.651.194
Aumento no Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		524.930
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	119.343	94.095
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	644.273	119.343
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		524.930

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

d) Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são reconhecidas pelo valor justo, o qual corresponde ao valor da fatura. **2.4.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros, exceto

continua ->



—☆ continuação

BAYER S.A. - São Paulo - SP - CNPJ nº 18.459.628/0001-15

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

aqueles designados ao valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Uma evidência objetiva pode incluir: • Dificuldade financeira significativa do emissor ou da contraparte. • Violação de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal. • Probabilidade de o devedor declarar falência ou outra reorganização financeira. • Extinção do mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras. Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado (empréstimos e recebíveis), o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado pela taxa efetiva de juros original do ativo financeiro. Se, num período subsequente, o valor da perda estimada da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda reconhecida anteriormente é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do ativo na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado, como se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

2.4.3. Baixa de ativos financeiros: A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, para outra empresa. Se a Companhia não transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, ela reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se tiver substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo financeiro transferido, ela continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo pelo montante recebido.

2.5. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de preços de commodities e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, opções e contratos de commodities a termo, além de swaps de moedas e commodities. A nota explicativa nº 22 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

2.6. Contabilização de hedge: A Companhia designa certos instrumentos de *hedge*, incluindo derivativos, derivativos embutidos e não derivativos relacionados a risco com moeda estrangeira como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa. Os *hedge* para risco nas variações das taxas de câmbio em compromissos firmes são contabilizados como *hedge* de fluxo de caixa.

2.6.1. Hedges de valor justo: Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objeto de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. As mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* e no item objeto de *hedge* atribuível ao risco de *hedge* são reconhecidas na rubrica da demonstração do resultado relacionada ao item objeto de *hedge*. A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente e cancelada a relação de *hedge*, quando o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data.

2.6.2. Hedges de fluxo de caixa: A parcela efetiva das mudanças no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos ou as perdas relacionadas à parcela não efetiva são imediatamente reconhecidos no resultado. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. Entretanto, quando uma transação prevista objeto de *hedge* resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos e as perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são transferidos para o custo desse ativo ou passivo. A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.7. Contas a receber de clientes: Avaliadas inicialmente pelo valor justo e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. O valor presente é calculado com base na taxa de juros determinada pela Companhia. A quantificação do ajuste a valor presente para contas a receber e receitas de venda é efetuada com base exponencial "pro rata" dia, sendo as reversões dos juros descontados apropriadas à rubrica "Receitas financeiras". Contas a receber de clientes vinculados com certificados do produtor rural (Cédulas do Produtor Rural - CPRs) são registrados à valores de mercado de acordo com o correspondente produto agrícola e condições contratadas.

2.8. Estoques: Apresentados pelo menor valor entre o valor de custo ou valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição ou fabricação. O custo de fabricação compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos estimados necessários para efetuar a venda. Os materiais de suprimentos são registrados com base no custo de aquisição e baixados como custo da produção por ocasião do consumo ou da obsolescência. As importações em trânsito são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. Quando há incerteza sobre a realização dos estoques da Companhia, por obsolescência ou falta de mercado ativo, é constituída provisão para estoques que não apresentam possibilidades reais de comercialização.

2.9. Depósitos judiciais: Apresentados no ativo não circulante pelo valor histórico atualizado monetariamente por juros e, nos casos em que existam passivos ou provisões, o depósito correspondente é registrado como redutor do saldo até a conclusão do respectivo processo judicial, conforme descrito na nota explicativa nº 16.

2.10. Investimentos em controladas e coligadas: Os investimentos em empresas controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e equiparadas são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação implique em evidências de perda permanente ("impairment") do ativo transferido. Quando necessário, as práticas contábeis da controlada e coligadas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas acumuladas das coligadas e controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas Companhias. A Companhia avaliou os efeitos da não consolidação de seus investimentos em controladas e concluiu que os mesmos não impactam de forma significativa as demonstrações financeiras da Companhia. Desta forma, optou por não apresentar demonstrações financeiras consolidadas. Os detalhes materiais das controladas e coligadas estão apresentados em nota explicativa (nota explicativa nº 11).

2.11. Imobilizado: Os itens do imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear, com base no tempo estimado de vida útil dos bens, demonstrado na nota explicativa nº 12. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados periodicamente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os custos diretamente atribuíveis aos projetos e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados durante a fase de construção do ativo. Tais imobilizações são classificadas em categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma

base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não são depreciados. Os reparos e a manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Os custos subsequentes não incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.12. Ativos intangíveis: a) Softwares: As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso. • A administração pretende concluir o software e usá-lo. • O software pode ser usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o software. • O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis são capitalizados como parte do produto de software. Critério similar é adotado para custos relacionados aos prestadores de serviços (consultores), em que somente os gastos de honorários aplicáveis ao desenvolvimento técnico são tratados como custos de capitalização do software. Os gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

b) Marcas e patentes: As marcas e patentes são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, uma vez que têm vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada.

c) Ágio: O ágio relacionado a aquisições anteriores a 31 de dezembro de 2007, registrado com base na expectativa de resultados futuros e com vida útil indefinida, foi amortizado no prazo de cinco anos até 31 de dezembro de 2008, conforme determinado pelo pronunciamento técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, cessando essa amortização a partir de 1º de janeiro de 2009. Anualmente, o saldo líquido do ágio é comparado com o valor líquido recuperável e, se for o caso, uma provisão para perdas é reconhecida.

2.13. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: Anualmente, ou à medida que surjam indícios de perda de valores em intervalos menores, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. Quando aplicável, a reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Com relação ao ágio, não é permitida a reversão do ajuste por perda após o seu registro.

2.14. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: A moeda funcional definida pela Companhia para a elaboração das demonstrações financeiras é o real (R\$), por refletir mais adequadamente o ambiente econômico de atuação da Companhia e de suas controladas. A moeda de apresentação também é o real (R\$).

2.15. Transações em moeda estrangeira: Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da sua moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio para a moeda funcional vigentes na data de cada transação. Os itens monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes nas datas dos balanços, sendo as variações cambiais reconhecidas no resultado do período em que ocorrerem. Os itens não monetários adquiridos em moeda estrangeira têm seu custo histórico determinado na moeda funcional (real - R\$) com base na taxa vigente na data da aquisição.

2.16. Provisões: As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.16.1. Reestruturações: A provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tiver um plano formal detalhado para a reestruturação e tiver criado uma expectativa válida nas partes afetadas de que irá realizar a reestruturação, começando a implantar esse plano ou anunciando suas principais características àqueles afetados por ela. A mensuração da provisão para reestruturação inclui somente os gastos diretos decorrentes da reestruturação, que correspondem aos valores necessariamente vinculados à reestruturação e os que não estiverem associados às atividades continuadas da empresa.

2.16.2. Provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas: A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. É constituída provisão para todos os riscos referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusão de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.17. Tributações: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos no resultado corrente, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições

em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma) assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quanto houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferido é reconhecido usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferido não é contabilizado se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.18. Benefícios a empregados

a) Obrigações de aposentadoria: A Companhia oferece a seus empregados, tanto plano de benefício definido como de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais ou complementares para o caso onde o fundo não tenha ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios já contribuídos com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependentes diversos fatores como idade, tempo de serviço e remuneração. O plano de benefício definido foi oferecido aos colaboradores até junho de 2004 sendo hoje, portanto, um plano fechado (sem novos participantes). O ativo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinada mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados em outros resultados abrangentes e transferida, subsequentemente, para reservas de lucros acumulados e não é reclassificada para o resultado. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido. Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão privado de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

b) Assistência médica pós-aposentadoria: Até 31 de dezembro de 1998, a Companhia oferecia a seus funcionários o benefício de plano de saúde pós-aposentadoria. O benefício era concedido quando (i) o funcionário possuía mais de 55 anos de idade; e (ii) tinha cumprido com um período de no mínimo dez anos de trabalho na Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se de uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados. Atualmente o plano se caracteriza como um plano fechado, isto é, sem novos participantes desde dezembro de 1998.

c) Participação nos lucros e bônus: Uma conta passiva para benefícios de funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus, é reconhecida em "Salários e encargos sociais" quando não há alternativa realista a não ser liquidar o passivo e ao menos quando uma das seguintes condições é satisfeita:

- Existe um plano formal e os valores a serem pagos são determinados antes da época de emissão das demonstrações financeiras.
- A prática passada criou uma expectativa válida nos funcionários de que eles receberão bônus/participação nos lucros e o valor pode ser estimado confiavelmente antes da época de emissão das demonstrações financeiras.
- A expectativa é de que as contas passivas de participação nos lucros e planos de bônus sejam liquidadas em até 12 meses e sejam medidas pelos valores que se espera que sejam quitadas.

2.19. Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Venda de produtos: A Companhia fabrica e vende uma variedade de produtos. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente ou distribuidor, o qual, neste caso, passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo distribuidor. A entrega não ocorre até que:

- (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado;
- (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o distribuidor;
- (iii) o distribuidor ou cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e
- (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, líquidas dos descontos por volume e das devoluções estimadas na época da venda. A experiência acumulada, alinhada à fatores de mercado, são usadas para estimar e provisionar descontos e devoluções.

b) Vendas de serviços: A receita de serviços prestados é reconhecida mediante a emissão do documento de faturamento seguindo o princípio da competência.

c) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando um componente de juros é identificado em relação a contas a receber específicas, a Companhia reduz o valor contábil para o valor presente, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

2.20. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: Originalmente, são registrados nos livros contábeis e fiscais, e como despesa financeira por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos acionistas. Para fins de preparação das demonstrações financeiras, é utilizada a essência da transação e, portanto, são considerados como destinação de dividendos e não transitam pelo resultado. Consequentemente, para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os lançamentos mencionados anteriormente são reclassificados, de forma que os juros sobre o capital, pagos ou a pagar, são registrados a débito da rubrica "Reserva de lucros", como dividendos.

—☆ continua

—☆ continuação

BAYER S.A. - São Paulo - SP - CNPJ nº 18.459.628/0001-15

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Adoção das IFRSs e CPCs Novos e Revisados:

3.1. Alterações às IFRSs e CPCs, e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente: No exercício corrente, a Companhia aplicou diversas emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2017.

3.1.1. Alterações à IAS 7/CPC 3 - Demonstração dos fluxos de caixa: A Companhia aplicou essas alterações pela primeira vez no exercício corrente. As alterações requerem que a entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos resultantes das atividades de financiamento, incluindo mudanças que envolvem e não envolvem caixa. A aplicação dessas alterações não teve impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que os passivos resultantes das atividades de financiamento da Companhia não possuem saldos que não envolvem caixa.

3.1.2. Alterações à IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: A Companhia aplicou essas alterações pela primeira vez no exercício corrente. As alterações esclarecem como uma entidade deve avaliar se haverá lucros tributáveis futuros suficientes para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A aplicação dessas alterações não teve impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que a Companhia já avalia a suficiência de lucros tributáveis futuros de forma consistente com essas alterações.

3.2. Normas e Interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas: As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB e pelo CPC, mas ainda não foram adotadas para o exercício de 2017.

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a partir de
IFRS 9/CPC 48	Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2018
	Receita de Contratos com Clientes	
IFRS 15/CPC 47	Operações de Arrendamento	1º de janeiro de 2018
	Mercantil	
IFRS 16/CPC 6		1º de janeiro de 2019

3.2.1. IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros: A IFRS 9 (equivalente ao CPC 48) emitida em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 foi alterada em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração e desconhecimento de passivos financeiros, e em novembro de 2013 para incluir novos requerimentos para contabilidade de *hedge*. Outra revisão da IFRS 9 foi emitida em julho de 2014 e incluiu, principalmente: (a) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros; e (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples.

Requerimentos-chave da IFRS 9/CPC 48:

• A IFRS 9/CPC 48 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Instrumentos de dívida mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e possuírem termos contratuais que estabelecem datas para fluxos de caixa unicamente de pagamentos do principal e juros sobre o principal remanescente, são geralmente mensurados a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI). Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 9, as entidades podem optar, de forma irrevogável, por apresentar as alterações subsequentes ao valor justo de um investimento patrimonial (não mantido para negociação nem uma contrapartida contingente reconhecida por um comprador em uma combinação de negócios) em outros resultados abrangentes, sendo somente a receita de dividendos reconhecida no resultado.

• Com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o IFRS 9/CPC 48 requer que o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo seja reconhecido em "Outros resultados abrangentes", a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em "Outros resultados abrangentes" resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e o CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado era reconhecido no resultado.

• Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9/CPC 48 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38, o modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

• Os novos requerimentos gerais para contabilidade de *hedge* mantiveram os três tipos de mecanismos de contabilização presentes do IAS 39/CPC 38. A IFRS 9/CPC 48 traz maior flexibilidade para quais tipos de transação são elegíveis para a contabilidade de *hedge*, especialmente expandindo os tipos de instrumentos que se qualificam como instrumento de *hedge* e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis para a contabilidade de *hedge*. Adicionalmente, o teste de efetividade foi descontinuado e substituído pelo princípio da "relação econômica". Avaliação retrospectiva da efetividade também não é mais requerida. Ainda, foram introduzidas melhorias nos requerimentos de divulgação da administração dos riscos da entidade.

Com base na análise dos ativos financeiros e passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017, considerando os fatos e as circunstâncias existentes naquela data, os diretores da Companhia avaliaram o impacto da IFRS 9/CPC 48 sobre as demonstrações financeiras da Companhia, conforme segue:

Classificação e mensuração: Todos os ativos financeiros e passivos financeiros continuarão a ser mensurados nas mesmas bases atualmente adotadas conforme a IAS 39/CPC 38, exceto no que tange a redução ao valor recuperável.

Redução ao valor recuperável ("impairment"): A Companhia espera aplicar a abordagem simplificada para reconhecer as perdas de crédito esperadas durante a vida útil das contas a receber de clientes conforme exigido ou permitido pela IFRS 9/CPC 48. Em geral, a Companhia prevê que a aplicação do modelo referente a perdas de crédito esperadas contido na IFRS 9/CPC 48 resultará em reconhecimento antecipado de perdas de crédito para suas contas a receber de clientes e aumentará o valor da provisão para perdas constituída para esses itens. Considerando os saldos de 31 de dezembro de 2017, a Companhia estima que tal aumento de provisão para perdas será de aproximadamente R\$292.000, a ser contabilizado contra o patrimônio líquido em janeiro de 2018.

Contabilização de hedge: As novas exigências de contabilização de hedge estarão mais alinhadas às políticas de gestão de riscos da Companhia, com instrumentos de *hedge* geralmente mais qualificados e itens cobertos; portanto, a avaliação das atuais relações de *hedge* da Companhia indica que estas estarão qualificadas como relações contínuas de *hedge* após a aplicação da IFRS 9/CPC 48.

A Companhia não espera que a aplicação das exigências de contabilização de *hedge* contidas na IFRS 9/CPC 48 tenha impacto relevante sobre suas demonstrações financeiras.

3.2.2. IFRS 15/CPC 47 - Receita de contratos com clientes: A IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15/CPC 47 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente na IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva. Os princípios fundamentais da IFRS 15/CPC 47 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflète sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

• Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.

• Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.

• Passo 3: Determinar o preço da transação.
• Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstos no contrato.
• Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.
Com a IFRS 15/CPC 47, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. A Companhia reconhece receitas provenientes das seguintes principais fontes:

• Venda de defensivos agrícolas e sementes, além de produtos farmacêuticos, incluindo medicamentos, equipamentos de imagem e diagnóstico, agentes de contraste e medicamentos de uso animal.

• Fornecimento de equipamentos para aplicação especializada na produção de sementes.

A Companhia avaliou que a contabilização das vendas de defensivos, sementes e produtos farmacêuticos é semelhante à sua prática atual, de acordo com a IAS 18/CPC 30. O momento do reconhecimento de receitas para a obrigação de desempenho (ou seja, no momento da venda de mercadorias quando as mercadorias são entregues ao cliente) também deve ser consistente com a prática atual. A provisão para devoluções de vendas é parte integrante da condição comercial de seus produtos, variando conforme mercado de atuação. Desta forma, a Companhia continuará a contabilizar as provisões para devoluções de acordo com a IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes em linha com seu atual tratamento contábil. Com relação ao fornecimento de equipamentos para aplicação especializada na produção de sementes, a Companhia considera especificamente as orientações contidas na IFRS 15 (CPC 47) sobre contra-prestação variável e a avaliação quanto à existência de um componente de financiamento significativo nos contratos, principalmente considerando o motivo da diferença entre a data da transferência de controle sobre mercadorias e serviços ao cliente e a data dos respectivos pagamentos. A Companhia avaliou que as receitas provenientes desses contratos de fornecimento devem ser reconhecidas ao longo do tempo, à medida que o cliente controla as sementes produzidas por meio dos equipamentos e produtos fornecidos. Além disso, a Companhia considera que o método atualmente adotado para mensurar o progresso das obrigações de desempenho será avaliado para que fique em conformidade com a IFRS 15/CPC 47. Além de fornecer divulgações mais abrangentes sobre as transações de receita da Companhia, não é esperada que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho das operações da Companhia.

3.2.3. IFRS 16/CPC 6 - Operações de arrendamento mercantil: A IFRS 16/CPC 6 introduz um modelo abrangente para identificação de acordos de arrendamento e tratamentos contábeis para arrendadores e arrendatários.

A IFRS 16/CPC 6 substituirá as atuais orientações de arrendamento, incluindo a IAS 17 - Arrendamento Mercantil e as correspondentes interpretações. A IFRS 16 distingue contratos de arrendamento e contratos de serviços considerando se um ativo identificado é controlado por um cliente. As diferenças entre arrendamentos operacionais (fora do balanço patrimonial) e arrendamentos financeiros (no balanço patrimonial) são eliminadas para a contabilização do arrendatário, sendo substituídas por um modelo em que um ativo de direito de uso e um correspondente passivo devem ser reconhecidos pelos arrendatários para todos os arrendamentos (ou seja, no balanço patrimonial), exceto arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado ao custo e posteriormente mensurado ao custo (sujeito a determinadas exceções) deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, ajustado para qualquer remensuração da obrigação de arrendamento. A obrigação de arrendamento é inicialmente mensurada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos naquela data. A obrigação de arrendamento é posteriormente ajustada pelos juros e pagamentos de arrendamento, bem como pelo impacto das modificações de arrendamento, entre outros fatores. Além disso, a classificação dos fluxos de caixa também será impactada, uma vez que os pagamentos de arrendamento operacional de acordo com a IAS 17 são apresentados como fluxos de caixa operacionais, ao passo que, de acordo com o modelo da IFRS 16/CPC 6, os pagamentos de arrendamento serão divididos em uma parcela de principal e uma parcela de juros a serem apresentadas como fluxos de caixa de financiamento e fluxos de caixa operacionais, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui compromissos de arrendamento financeiro não canceláveis, no montante de R\$8.292. A Companhia não espera que a aplicação da IFRS 16/CPC 6 tenha um impacto relevante nos montantes registrados nas suas demonstrações financeiras.

4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas:

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1. Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

4.2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A Companhia avalia sua carteira de clientes anualmente. A avaliação é feita sobre os valores que estão em processo judicial, renovação de títulos e títulos vencidos, constituída de forma suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos.

4.3. Reconhecimento de receitas: A receita compreende o valor faturado pela venda de mercadorias e serviços. A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador, líquida da expectativa de devolução incidente sobre o montante de venda, calculado em bases históricas e condições atuais de mercado.

4.4. Imposto de renda e contribuição social: A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos e sobre prejuízos fiscais utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com orçamentos e planos de negócios.

4.5. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 16. É constituída provisão para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos externos.

4.6. Vida útil dos bens do imobilizado: Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1.1, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado periodicamente. No exercício corrente não houve alteração nas vidas úteis estimadas dos bens do ativo imobilizado.

5. Caixa e equivalente de caixa

Bancos - conta movimento

Aplicações financeiras

Total

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com compromisso formal de recompra, sempre com liquidez imediata e realizadas junto a bancos de primeira linha. Essas aplicações financeiras têm remuneração em torno de 70% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

	2017	2016
Contas a receber de clientes	5.299.278	7.831.094
Contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 10)	117.721	97.033
Contas a receber vinculados à cédula de produtores rurais	1.264.929	547.894
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(967.240)	(714.208)
Total	5.714.688	7.761.813
Circulante	5.622.423	7.380.341
Não circulante	92.265	381.472

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2017	2016
Saldo no início do exercício	714.208	312.831
Perdas estimadas por redução ao valor recuperável reconhecidas sobre os recebíveis	265.370	415.663
Valores baixados no exercício como incobráveis	(12.338)	(14.286)
Saldo no fim do exercício	967.240	714.208

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período de relatório. A análise do vencimento de saldos de contas a receber é a seguinte:

	2017	2016
A vencer (a)	6.006.334	7.195.595
Vencidos:		
Até 180 dias	342.260	454.900
Entre 181 e 360 dias	99.987	247.635
Acima de 360 dias	233.347	577.891
Total	6.681.928	8.476.021

(a) Os saldos a vencer consideram montantes vencidos e renegociados para os quais a Companhia mantém a expectativa de recebimento. Tais valores são contabilizados pelo seu custo histórico deduzido da parcela esperada de não recebimento, calculada com base no histórico de renegociação da Companhia. Os valores relativos à parcela esperada de não recebimento estão registrados na rubrica de "Provisão para créditos de liquidação duvidosa". Em 31 de dezembro de 2017 os saldos renegociados a vencer correspondem a R\$2.415.941 (R\$1.326.823 em 2016).

	2017	2016
Produtos acabados e mercadorias de revenda	1.342.249	1.099.054
Matérias-primas	312.424	419.505
Importações em trânsito	282.148	285.772
Materiais diversos	30.310	29.944
Produtos semielaborados	20.596	8.721
(-) Provisão para estoques obsoletos	(161.987)	(112.946)
Total	1.825.740	1.730.050

8. Impostos a recuperar

	2017	2016
ICMS	67.058	77.987
Imposto de renda e contribuição social a compensar	155.456	150.909
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	2.788	322
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.734	3.308
Outros	26.863	22.599
Total	254.899	255.125
Circulante	231.648	233.335
Não Circulante	23.251	21.790

9. Imposto de renda e contribuição social

9.1. Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado: O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, ajustado na forma legal. A alíquota combinada é 34%. De acordo com a atual legislação do imposto de renda, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não têm prazo para prescrição e sua utilização é limitada a 30% do saldo do lucro tributável anual. A reconciliação entre as despesas do imposto de renda e da contribuição social pelas alíquotas nominais e efetivas está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(646.342)	(234.338)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Expectativa de crédito com imposto de renda e contribuição social à taxa combinada	219.756	79.675
Juros sobre capital próprio	-	76.768
Doações e brindes	(4.082)	(2.173)
Preço de transferência	(12.310)	(18.430)
Outras adições e exclusões permanentes líquidas	20.500	(48.863)
Crédito de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	223.864	86.975

Imposto de renda e contribuição social:

Correntes	-	11.019
Diferidos	223.864	75.956

9.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos da Sociedade e de suas controladas têm a seguinte origem:

	2017	2016
Provisão para estoques obsoletos	161.987	112.946
Provisão relacionada ao lucro bruto de receita de vendas não reconhecidas	160.238	277.288
Provisão para participação nos resultados	104.453	171.185
Provisão para fretes	16.535	16.062
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e ajuste a valor presente	606.209	826.615
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	325.279	293.209
Provisão para campanhas e incentivos de vendas	488.512	459.200
Provisão para assistência médica	276.976	210.835
Outras provisões	97.117	36.368
Amortização do ágio fiscal, marcas e patentes - Wehrtec	(78.329)	(80.405)
Amortização do ágio fiscal - Soytech	(15.224)	(11.418)
Prejuízo fiscal	1.065.523	175.115
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social diferidos	3.209.276	2.487.000
Alíquota	34%	34%
Total do imposto de renda e da contribuição social diferidos	1.091.154	845.580

Período estimado de realização: Os valores dos ativos, líquidos dos passivos fiscais diferidos, apresentam as seguintes expectativas de realização em 31 de dezembro de 2017:

Ano	2017
2018	376.231
2019	150.785
2020	158.112
2021	190.270
2022 em diante	215.756
Total	1.091.154

A Administração da Companhia estima, com base em seu histórico de lucratividade e em estudos de projeções de resultados, que o atual saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos será substancialmente realizado nos próximos cinco anos.

10. Saldos e transações com partes relacionadas: A Companhia mantém saldos e operações comerciais de compra de matérias-primas em montantes significativos com partes relacionadas. Essas transações seguem determinados procedimentos internos de aprovação e tem as suas condições de preços e pagamentos determinados pelas políticas do Grupo Bayer.

—continua—☆



-☆- continuação

BAYER S.A. - São Paulo - SP - CNPJ nº 18.459.628/0001-15

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Saldos	2017	2016		Anos
Ativo circulante				
Contas a receber (nota explicativa nº 6):				
Bayer Healthcare AG	64.217	44.080	Construções e benfeitorias em terrenos	12 - 30
Bayer CropScience Monheim A.G.	12.067	24.541	Máquinas e equipamentos	05 - 20
Bayer Business Services GMBH	8.742	5.726	Veículos	05 - 12
Bayer de México S.A.	2.067	2.683	Equipamentos de informática	03 - 10
Bayer S.A. - Argentina	2.043	2.517	Móveis e utensílios	10 - 12
Schering do Brasil Ind. Quim. Ltda.	1.938	4.332		
Outros	26.649	13.154		
Total	117.722	97.033		

Passivo circulante	2017	2016		
Contas a pagar:				
Bayer CropScience Monheim A.G.	135.671	288.202		
Bayer Healthcare AG	54.899	113.407		
Bayer Consumer Care	25.109	33.264		
Schering do Brasil Indústria Química Ltda.	23.981	114.698		
Bayer Oy	6.351	33.652		
Bayer CropScience LP	70	27.451		
Outros	51.742	37.449		
Total	297.823	648.123		

Passivo não circulante	2017	2016		
Empréstimos:				
Bayer NV	5.765.454	3.215.036		
Bayer Canada	-	342.152		
Bayer CropScience Inc	-	2.774.048		
Total	5.765.454	6.331.236		

Com o objetivo de financiar e expandir suas operações, a Companhia contraiu empréstimos com Companhia ligada no montante de R\$5.465.454 (R\$6.331.236 em 2016). Os contratos de mútuos firmados com partes relacionadas têm prazo de vencimento determinado e incidência de encargos financeiros (média de 3,75% a.a.). Os contratos envolvendo as partes relacionadas da Companhia sediadas no exterior são atualizados monetariamente pela variação do dólar norte-americano, acrescidos de juros.

Transações	2017	2016		
Receita de vendas:				
Bayer Healthcare AG	315.547	237.259		
Bayer Business Services GMBH	5.060	8.216		
Bayer de México S.A.	3.275	4.754		
Outros	35.406	67.293		
Total	359.288	317.522		

Compras de matérias-primas:	2017	2016		
Bayer CropScience Monheim A.G.	2.017.814	3.335.082		
Bayer Healthcare AG	374.469	463.295		
Bayer Consumer Care	146.488	188.938		
Bayer S.A. - Argentina	126.642	169.292		
Bayer Oy	94.936	61.457		
Bayer Animal Health GmbH	15.164	2.941		
KVP Pharma	7.896	39.005		
Outros	59.007	37.345		
Total	2.842.415	4.297.355		

Receitas financeiras:	2017	2016		
Bayer CropScience Monheim A.G.	38.955	39.330		
Bayer Healthcare AG	1.451	10.065		
Bayer Consumer Care	2.599	4.113		
Bayer S.A. - Argentina	1.177	1.792		
Outros	4.628	4.489		
Total	48.810	59.789		

Despesas financeiras:	2017	2016		
Bayer NV	385.809	277.583		
Bayer CropScience Monheim A.G.	217.518	129.580		
Bayer Healthcare AG	78.470	29.152		
Outros	87.664	144.886		
Total	769.461	581.201		

Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração incluiu os diretores da Companhia. A remuneração paga ou a pagar referente a salários e encargos, participação nos lucros e reembolso de despesas totaliza R\$2.595 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (em 2016 - R\$3.581).

Juros sobre capital próprio: Em 2016, foi aprovado, por meio de Ata de Reunião da Diretoria, o pagamento de juros sobre o capital próprio, creditados individualmente, no montante de R\$225.786.

11. Investimentos em controladas e coligadas

a) Informações sobre investimentos

Em 31 de dezembro de 2016:	Quantidade - em unidades		Participação no capital - %		Patri-mônio (Prejuízo)	Lucro líquido
	Ações ordinárias	Quotas de capital integralizado	Social	Vo-luntário		
Bayer Distribuidora Ltda.	-	999.999	-	100	482	(189)
Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.	198.503	-	19,85	-	19.213	6.738
Farmaco Ltda.	-	122.460	99,99	-	118	(38)
Biagro do Brasil Ltda.	-	5.000.000	100	-	3.843	2.640
Nunhems do Brasil Comércio de Sementes Ltda.	-	8.712.430	100	-	10.720	2.007
Em 31 de dezembro de 2017:						
Bayer Distribuidora Ltda.	-	999.999	-	100	343	(135)
Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.	198.503	-	20,79	-	31.394	4.414
Farmaco Ltda.	-	122.460	99,99	-	176	(42)
PL Pesquisa e Produção Sementes Ltda.	-	99.999	99,99	-	1	-
BF Proteção de Cultivos Ltda.	-	99.999	99,99	-	1	-

b) Movimentação dos investimentos

Saldos em 31 de dezembro de 2015	Bayer Campo					PL Pesquisa e BF Proteção		Total
	Distribuidora	Limpo	Farmaco	Biagro	Nunhems	Distribuição	de Cultivos	
719	3.655	155	267	-	-	-	-	4.795
Aquisição	-	-	-	-	8.712	-	-	8.712
Mais Valia	-	-	-	-	4.088	-	-	4.088
Resultado de equivalência patrimonial	(237)	160	(38)	3.576	2.007	-	-	5.468
Saldos em 31 de dezembro de 2016	482	3.815	117	3.843	14.807	-	-	23.063
Aquisições	-	-	-	-	-	1	1	2
Adições	-	-	100	-	-	-	-	100
Baixa	-	-	(3.843)	(15.393)	-	-	-	(19.235)
Resultado de equivalência patrimonial	(139)	2.714	(43)	-	586	-	-	3.118
Saldos em 31 de dezembro de 2017	343	6.529	174	-	-	1	1	7.048

12. Imobilizado

Saldos em 31 de dezembro de 2015	Terre-nos e edifi-cações		Máqui-nas e equipa-mentos		Móveis e uten-sílios		Equipa-mentos de infor-mática		Imobiliza-ções em anda-mento		Imobilizado total
	Benfei-torias	Benfei-torias	Benfei-torias	Benfei-torias	Benfei-torias	Benfei-torias	Benfei-torias	Benfei-torias	Benfei-torias	Benfei-torias	
42.782	150.646	188.345	18.292	12.010	83.879	120.491	616.445				
Aquisições	782	26.575	16.682	1.460	7.331	34.973	100.256	188.059			
Alienações e baixas, líquidas	(621)	(62)	(552)	(177)	(900)	(10.247)	-	(12.559)			
Transferências	-	30.810	16.929	2.404	9.236	4.013	(63.392)	-			
Depreciação	-	(12.416)	(31.392)	(3.694)	(6.346)	(23.391)	-	(77.239)			
Reversão de provisão - ativos de Belford Roxo	-	11.812	-	-	-	-	-	11.812			
Provisão desinvestimento fábrica AH	-	1.756	(1.690)	(145)	-	-	-	(79)			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	42.943	209.121	188.322	18.140	21.331	89.227	157.355	726.439			
Custo total	49.171	353.072	758.983	47.350	57.736	139.429	157.355	1.563.096			
Depreciação acumulada	(6.228)	(143.951)	(570.661)	(29.210)	(36.405)	(50.202)	-	(836.657)			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	42.943	209.121	188.322	18.140	21.331	89.227	157.355	726.439			
Aquisições	260	99.498	23.454	5.969	7.288	24.648	-	161.117			
Alienações e baixas, líquidas	(182)	(109)	(7.204)	(111)	(136)	(7.424)	-	(15.166)			
Transferências	-	58.403	22.723	1.938	10.913	611	(94.588)	-			
Depreciação	-	(17.791)	(32.032)	(5.526)	(8.658)	(22.853)	-	(86.860)			
Reversão de provisão - ativos de Belford Roxo	-	4.347	148	7	-	-	-	4.502			
Incorporação Biagro:											
Custo do ativo imobilizado	36	1.748	1.078	96	6	-	-	2.964			
Depreciação acumulada	-	(283)	(494)	(31)	(6)	-	-	(814)			
Incorporação Nunhems:											
Custo do ativo imobilizado	590	10.839	1.723	580	252	3.206	-	17.190			
Depreciação acumulada	-	(1.253)	(569)	(136)	(177)	(1.559)	-	(3.694)			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	43.647	364.520	197.149	20.926	30.813	85.856	62.767	805.678			
Custo total	49.450	521.915	685.921	54.734	73.764	147.557	62.767	1.596.108			
Depreciação acumulada	(5.803)	(157.395)	(488.772)	(33.808)	(42.951)	(61.701)	-	(790.430)			

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	2017	2016
Construções e benfeitorias em terrenos	12 - 30	
Máquinas e equipamentos	05 - 20	
Veículos	05 - 12	
Equipamentos de informática	03 - 10	
Móveis e utensílios	10 - 12	

13. Intangível	Marcas e patentes	Software	Ágio sobre investimentos	Projetos em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	113.243	8.438	100.799	3.355	225.835
Aquisições	3.373	2.470	-	3.439	9.282
Alienações e baixas	(364)	(38)	-	-	(402)
Transferências	-	1.855	-	(1.855)	-
Amortização	(15.976)	(4.127)	-	-	(20.103)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	100.276	8.598	100.799	4.939	214.612
Custo total	144.692	47.088	167.261	4.939	363.980
Amortização acumulada	(44.416)	(38.490)	(66.462)	-	(149.368)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	100.276	8.598	100.799	4.939	214.612
Aquisições	4.287	383	-	86	4.756
Alienações e baixas	-	(14)	-	-	(14)
Transferências	314	741	-	(1.055)	-
Amortização	(17.866)	(4.518)	-	-	(22.384)
Incorporação Nunhems:					
Custo do intangível	-	32	-	-	32
Amortização acumulada	-	(29)	-	-	(29)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	87.011	5.193	100.799	3.970	196.973
Custo total	149.494	47.869	167.061	3.970	368.394
Amortização acumulada	(62.483)	(42.676)	(66.262)	-	(171.421)

A vida útil econômica média estimada das marcas e patentes é de, no máximo, vinte anos, e das licenças de uso de software é de cinco anos.

14. Empréstimos e Financiamentos	2017	2016
Crédito rural	157.198	148.511
Adiantamento de contrato de câmbio	-	24.736
Total	157.198	173.247
Circulante	157.198	173.247
Não circulante	-	-

Termos e cronograma de amortização da dívida	Taxa de juros		Ano de vencimento	Valor original		Valor contábil	
	Moeda	nominal		original	contábil	original	contábil
Crédito rural	R\$	7,5%	2018	178.899	157.198	170.213	148.511
Adiantamento de contrato de câmbio	R\$	3,19%	2017	-	-	26.739	24.736

15. Provisões diversas	2017	2016
Provisão para campanhas e incentivos de venda (a)	488.390	467.774
Provisão para devoluções de vendas (b)	466.535	245.066
Provisão para descontos e fretes	16.535	16.059
Provisão para reestruturação	4.293	9.646
Outras	62.136	42.415
Total	1.037.889	780.960

(b) A provisão para campanhas e incentivos de vendas refere-se, substancialmente, às operações da divisão Crop-science. A provisão é composta por 8 programas de incentivos, oferecidos aos diferentes tipos de clientes: distribuidores, cooperativas e clientes finais. Estes programas são oferecidos a cada cliente, de acordo com a sua categoria e também atuação no mercado. Os valores que compõe a provisão, por cada programa, são registrados no momento da venda e, ao final do ciclo operacional (fim da safra), cada programa de incentivo é mensurado e suas respectivas premiações são pagas, de acordo com os cumprimentos de metas e objetivos.

(c) A provisão para devoluções de vendas está, também, substancialmente associada à divisão Crop-science. O saldo desta posição objetiva o reconhecimento das devoluções futuras correspondentes ao ciclo operacional de venda ainda não encerrado. A provisão é calculada com base na média das devoluções históricas dos últimos 5 ciclos de venda (5 últimas safras) e compreende também uma revisão de premissas futuras tais como área plantada, mudanças em preços de commodities agrícolas,

—☆ continuação

BAYER S.A. - São Paulo - SP - CNPJ nº 18.459.628/0001-15

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)				
A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:				
	2017	2016		
Em 1º de janeiro	843.483	676.997		
Retorno esperado sobre os ativos do plano	83.472	83.788		
Ganhos atuariais	66.088	113.330		
Benefícios pagos	(40.210)	(36.033)		
Contribuição do empregador	449	5.401		
Encerramento/liquidação parcial do plano	(141.614)	—		
Em 31 de dezembro	811.668	843.483		
Os valores reconhecidos no resultado são:				
	2017	2016		
Custo financeiro	71.238	72.094		
Ganhos/perdas liquidação	27.189	—		
Custo dos serviços correntes	6.488	6.820		
Ganhos de reduções	—	(7.742)		
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(71.238)	(72.214)		
Total incluído nos custos de pessoal	25.935	6.700		
Para determinação dos passivos e custos com pós-empregados relativamente ao plano de complementação de aposentadoria, foi adotado o método atuarial do crédito unitário projetado, estando apresentadas a seguir as premissas utilizadas:				
	Percentual a.a.			
	2017	2016		
Hipóteses econômicas:				
Taxa de desconto (nominal)	9,75	11,25		
Taxa de retorno esperado dos ativos (nominal)	9,75	11,25		
Taxa de retorno esperada dos custos com pensão	4,25	4,85		
Taxa esperada de aumento salarial (nominal)	7,13	7,74		
Inflação	4,25	4,85		
Hipóteses demográficas:				
Tábua de mortalidade	AT 2000	AT 2000		
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57		
Tábua de entrada em invalidez	UP 84	UP 84		
b) Assistência médica: A Companhia mantém um plano de assistência médica como benefício pós-emprego para os funcionários da Bayer S.A., admitidos até 31 de dezembro de 1998. O plano é estruturado na modalidade de benefício definido, determinado anualmente em razão de cálculo atuarial procedido por atuário independente. A movimentação da provisão para assistência médica registrada no exigível a longo prazo foi a seguinte:				
	2017	2016		
Saldo inicial	208.271	156.946		
Benefícios pagos	(12.342)	(12.467)		
Custo do serviço corrente e juros sobre a obrigação atuarial	23.561	20.238		
Ganhos atuariais, líquidas	57.486	43.554		
Passivo atuarial	276.976	208.271		
As premissas utilizadas pelos atuários independentes para o cálculo da provisão para assistência médica estão demonstradas a seguir:				
	Percentual a.a.			
	2017	2016		
Hipóteses econômicas:				
Taxa de desconto (nominal)	9,75	11,25		
Taxa de retorno esperada dos custos com assistência médica (nominal)	11,67	11,50		
Inflação	4,25	4,85		
Hipóteses demográficas:				
Tábua de mortalidade	AT 2000	AT 2000		
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57		
Tábua de entrada em invalidez	UP 84	UP 84		
18. Patrimônio Líquido				
a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2017 o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.308,041 mil representado por 2.080.874 ações ordinárias no valor de R\$0,62860 cada ação e estão distribuídas entre os seguintes acionistas:				
Quantidade de ações				
	2017	2016		
Bayer Gesellschaft für Bet. GmbH	3	3		
Bayer Hispania S.L.	2.080.871	2.080.871		
	2.080.874	2.080.874		
b) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.				
c) Reserva de lucros: O saldo remanescente de reserva de lucros em 31 de dezembro de 2017 será utilizado conforme previsto no orçamento de capital da Companhia, a ser aprovada em Assembleia Geral Ordinária conforme disposto no artigo 192 da Lei 6.404/76.				
d) Outros resultados abrangentes: Correspondem a ganhos e perdas atuariais, efeito das mudanças no teto do ativo, retorno sobre ativos do plano de benefícios a funcionários, obrigações de aposentadoria, e saldos decorrentes da contabilidade de hedge, conforme citado nas notas explicativas nº 2.6.				
19. Receita operacional líquida				
	2017	2016		
Receita com vendas:				
Venda de produtos	7.991.858	10.473.771		
Prestação de serviços	216.570	175.074		
	8.208.428	10.648.845		
Deduções de vendas:				
Ajuste a valor presente	(249.363)	(443.159)		
Devoluções de vendas	(1.320.013)	(1.885.208)		
Impostos sobre vendas e serviços	(380.276)	(417.850)		
	6.258.776	7.902.628		
Com o final do ciclo operacional de vendas (safra 2016-2017) e resultados do mercado para defensivos agrícola abaixo das expectativas pelo segundo ano consecutivo, a administração da empresa no Brasil adotou medidas de redução dos volumes de produtos em suas redes de distribuição. A ação teve como principais medidas a redução de volume de vendas em aproximadamente 23%, em relação ao ano anterior, e o recebimento de devoluções de mercadorias na ordem de mais de R\$1,2 bilhões de reais. Ainda que em 2017 a administração tenha recebido um valor representativo de devoluções, tal valor é inferior à mesma posição do exercício de 2016, exatamente em função da primeira medida de redução de volumes de produtos em seus distribuidores.				
20. Informação sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado				
	2017	2016		
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados e industrialização	(4.188.596)	(5.219.146)		
Despesas com pessoal	(1.129.199)	(1.234.444)		
Despesas com brindes, propaganda e marketing	(439.787)	(611.822)		
Despesas com fretes	(190.665)	(187.471)		
Despesas com serviços	(205.711)	(198.288)		
Despesas com viagens e veículos	(45.307)	(41.767)		
Encargos de depreciação e amortização	(109.244)	(97.342)		
Despesas com manutenção	(49.050)	(32.268)		
Despesas com contribuições, impostos e taxas	(98.159)	(81.374)		
Despesas gerais	(265.632)	(237.406)		
Despesas com seguros	(26.320)	(21.436)		
Outras receitas (Despesas) operacionais	67.292	261.409		
Total do custo das vendas, despesas com vendas e despesas administrativas	(6.680.378)	(7.701.355)		
21. Resultado financeiro				
	2017	2016		
Receita financeira:				
Receitas de juros de aplicações e recebimentos em atraso	130.499	79.290		
Receitas de juros sobre contas a receber - ajuste valor presente	496.646	553.746		
Atualizações monetárias	42.822	24.988		
	669.967	658.024		
Despesa financeira:				
Despesas de juros sobre empréstimos	(700.700)	(716.305)		
Atualizações monetárias	(80.613)	(29.151)		
Despesas com descontos concedidos	(72.576)	(86.643)		
Encargos sobre operações financeiras	(9.126)	(6.646)		
	(863.015)	(838.745)		
Resultados cambiais:				
Variações cambiais líquidas	24.407	102.899		
Resultado de operações financeiras com derivativos	(58.628)	(363.023)		
	(34.221)	(260.124)		
Resultado financeiro, líquido	(227.269)	(440.845)		
22. Instrumentos financeiros				
22.1. Categorias de instrumentos financeiros				
	2017	2016		
Ativos financeiros:				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	644.273	119.343		
Contas a receber de clientes	5.714.688	7.761.814		
Outros ativos	113.813	94.783		
Passivos financeiros:				
Custo amortizado:				
Fornecedores	250.230	313.696		
Fornecedores - partes relacionadas	297.823	648.123		
Empréstimos - partes relacionadas	5.765.454	6.331.236		
Empréstimos e financiamentos	157.198	173.247		
Outras contas a pagar e provisões	1.090.649	810.835		
Valor de mercado dos instrumentos financeiros: Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, excluindo-se aqueles com partes relacionadas, quando comparados com os valores eventualmente obtidos em sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros, aproximam-se, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Conforme mencionado na nota explicativa nº 18, existem valores a receber de/a pagar a partes relacionadas que estão registrados de acordo com as condições acordadas entre as partes.				
22.2. Gerenciamento de riscos: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia que usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela sua matriz. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. A matriz estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.				
22.2.1. Risco de mercado: a) Risco cambial: A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos. A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As operações da Companhia que estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de <i>hedge</i> , efetuadas sob a orientação da tesouraria da Companhia. Para administrar seu risco cambial decorrente de operações comerciais futuras e de ativos e passivos reconhecidos, a Companhia usa contratos a termo negociados com os bancos locais. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidas em moeda diferente da moeda funcional da entidade. A política de gestão de risco financeiro da Companhia é a de proteger 100% de sua exposição em moedas diferentes da moeda funcional. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:				
	2017	2016		
Ativo:	Dólares norte-americanos	Dólares norte-americanos		
Contas a receber - partes relacionadas	34.836	115.217		
Passivo:				
Fornecedores - partes relacionadas	(95.455)	(315.766)		
Fornecedores	(932)	(3.083)		
Empréstimos - partes relacionadas	—	—		
Exposição líquida	(61.551)	(203.632)		
Análise de sensibilidade de moeda estrangeira: A Sociedade está exposta principalmente ao dólar norte-americano (US\$). A tabela a seguir detalha o impacto decorrente do aumento ou da redução de 10% no real (R\$) em relação ao dólar norte-americano (US\$). 10% é a taxa de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão na data do balanço para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui as contas apresentadas a seguir. Um número positivo indica um aumento no resultado e no patrimônio quando o real (R\$) é valorizado em 10% em relação à moeda em questão. Um número negativo indica um aumento no resultado e no patrimônio quando o real (R\$) é desvalorizado em 10% em relação à moeda em questão.				
	2017	2016		
Ativo:				
Contas a receber - partes relacionadas	3.484	—		
Passivo:				
Fornecedores - partes relacionadas	(9.545)	—		
Fornecedores	(93)	—		
Empréstimos - partes relacionadas	—	—		
Resultado	(6.155)	—		
b) Risco de taxa de juros: Durante 2017 as contratações de empréstimos efetuadas foram integralmente realizadas com partes relacionadas, com prazo médio 190 dias e taxas prefixadas em reais.				
c) Risco de crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais inadimplências das contas a receber. As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes em diferentes segmentos e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber e, quando apropriado, garantias de crédito são requeridas.				
d) Risco de liquidez: O risco da Companhia é não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar a seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazos entre os recebimentos e pagamentos. O planejamento orçamentário é preparado pela área de Negócios. A tesouraria recebe as informações, consolida e projeta a fluxo de caixa para o período de 12 meses. A Companhia investe o excesso de caixa em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) sempre com liquidez diária, e com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.				
Tabela do risco de liquidez: O valor contábil dos passivos financeiros não derivativos, mensurados pelo método do custo amortizado, e os correspondentes vencimentos estão demonstrados a seguir:				
	2017	2016		
	Até Acima	Até Acima		
	1 ano de 1 ano	1 ano de 1 ano		
Fornecedores	250.230	313.696		
Fornecedores - partes relacionadas	297.823	648.123		
Empréstimos - partes relacionadas	5.765.454	6.331.236		
Empréstimos e financiamentos	157.198	173.247		
Provisões diversas	1.037.889	780.960		
Arrendamento mercantil	—	8.929		
	8.929	8.634		
22.2.2. Gestão do risco de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de garantir o aumento sustentável do valor da Companhia para benefício de seus acionistas mundiais através de boa liquidez e credibilidade. A busca por estes objetivos é representada pela manutenção do custo de capital, pela otimização de sua estrutura, aperfeiçoando seus fluxos de caixa bem como a gestão efetiva de toda a espécie de risco. A gestão do capital é uma função exercida pela matriz da Companhia, em sua sede em Leverkusen, na Alemanha, onde o capital é avaliado em um				
em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma) âmbito global. Agências comissionadas contratadas pela Companhia provêm indicadores para grau de risco financeiro, permitindo aos acionistas a avaliação da qualidade de crédito da Companhia. A estratégia mundial para gestão do capital da Companhia é baseada nestes indicadores, especificamente para o indicador que compara o nível do fluxo de caixa e o endividamento - alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. A estratégia consiste em manter a Companhia dentro do quadrante de Nível "A" (<i>best in class rating</i>) e a preservação da capacidade de liquidez financeira. Além da utilização dos ingressos de fluxos de caixa oriundos de sua atividade operacional, a Companhia implementou ainda sua estratégia de manutenção do capital fazendo uso de veículos tais como programa de venda de pacotes de ações, aumento de capital com base nas resoluções em suas reuniões anuais com acionistas, entre outros.				
22.3. Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições financeiras de primeira linha, no Brasil e no exterior, bem como na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), New York Board of Trade (NYBOT) e Chicago Board of Trade (CBOT). As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando-se o valor justo (mercado) desses instrumentos. A provisão para as perdas não realizadas é reconhecida na conta "Instrumentos financeiros derivativos", no balanço patrimonial, e a contrapartida no resultado é na rubrica "Despesas financeiras". A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2017.				
	Valor	Contra-	Valor	
Modalidade	Nocial	mento parte	justo	
Contrato futuro - Café	599	Setembro/18	NYBOT 7.104	
Contrato futuro - Café	30	Setembro/19	NYBOT 366	
Opção - Milho	32.512	1.007	Setembro/18	BMF (3.085)
Opção - Milho	15.098	2.875	Setembro/18	CBOT (3.681)
Contrato futuro - Algodão	261.033	231.955	Dezembro/18	NYBOT (17.132)
Contrato futuro - Algodão	22.585	19.053	Março/18	NYBOT (908)
Contrato futuro - Soja	4.143	287	Março/18	CBOT 521
Contrato futuro - Soja	30.594	2.070	Maio/18	CBOT (2.557)
Opção - Soja	9.383	650	Março/18	CBOT 196
Opção - Soja	216.819	14.670	Maio/18	CBOT (44.865)
Opção - Soja	2.674	178	Junho/18	CBOT (120)
Opção - Açúcar	1.992	2.156	Março/18	NYBOT (86)
Opção - Açúcar	714	8.850	Maio/18	NYBOT (182)
Opção - Açúcar	531	3.174	Junho/18	NYBOT (99)
Moeda	Valor	Vencimento	Contraparte	Valor
Modalidade	Nocial	Vencimento	Contraparte	justo
Contrato a termo - Dólar	(6.330)	Março/18	BNP Paribas	(2)
Contrato a termo - Dólar	(27.984)	Abril/18	BNP Paribas	(69)
Contrato a termo - Dólar	(51.861)	Maio/18	BNP Paribas	(1.433)
Contrato a termo - Dólar	(4.431)	Agosto/18	BNP Paribas	27
Contrato a termo - Dólar	(15.918)	Outubro/18	BNP Paribas	(78)
Contrato a termo - Dólar	41.479	Janeiro/18	Bradesco	(102)
Contrato a termo - Dólar	(3.238)	Abril/18	Bradesco	(104)
Contrato a termo - Dólar	(8.268)	Maio/18	Bradesco	(115)
Contrato a termo - Dólar	(2.688)	Julho/18	Bradesco	(7)
Contrato a termo - Dólar	(10.646)	Setembro/18	Bradesco	(205)
Contrato a termo - Dólar	(101.297)	Outubro/18	Bradesco	(2.502)
Contrato a termo - Dólar	3.280	Janeiro/18	Credit Agricole	33
Contrato a termo - Dólar	(11.431)	Fevereiro/18	Credit Agricole	(185)
Contrato a termo - Dólar	(6.390)	Março/18	Credit Agricole	(271)
Contrato a termo - Dólar	(17.464)	Abril/18	Credit Agricole	(579)
Contrato a termo - Dólar	(46.727)	Maio/18	Credit Agricole	(868)
Contrato a termo - Dólar	(6.039)	Julho/18	Credit Agricole	(36)
Contrato a termo - Dólar	(112.799)	Agosto/18	Credit Agricole	(982)
Contrato a termo - Dólar	(117.662)	Setembro/18	Credit Agricole	(740)
Contrato a termo - Dólar	(6.942)	Outubro/18	Credit Agricole	(194)
Contrato a termo - Dólar	(142.028)	Dezembro/18	Credit Agricole	1.265
Contrato a termo - Dólar	(9.056)	Abril/18	Itaú	26
Contrato a termo - Dólar	(29.829)	Maio/18	Itaú	(347)
Contrato a termo - Dólar	(54.474)	Agosto/18	Itaú	(394)
Contrato a termo - Dólar	(19.361)	Setembro/18	Itaú	7
Contrato a termo - Dólar	(8.006)	Outubro/18	Itaú	(155)
Contrato a termo - Dólar	8.871	Janeiro/18	JP Morgan	85
Contrato a termo - Dólar	(10.103)	Abril/18	JP Morgan	(268)
Contrato a termo - Dólar	(6.926)	Maio/18	JP Morgan	(121)
Contrato a termo - Dólar	(82.438)	Setembro/18	JP Morgan	(2.456)
Contrato a termo - Dólar	(170.775)	Novembro/18	JP Morgan	(315)
Contrato a termo - Dólar	(3.058)	Setembro/18	Mizuho	4
Contrato a termo - Dólar	(13.895)	Outubro/18	Mizuho	(58)
Contrato a termo - Dólar	103.053	Janeiro/18	Santander	(320)
Contrato a termo - Dólar	(4.349)	Março/18	Santander	16
Contrato a termo - Dólar	(95.483)	Abril/18	Santander	(2.108)
Contrato a termo - Dólar	(76.829)	Maio/18	Santander	(639)
Contrato a termo - Dólar	(21.143)	Agosto/18	Santander	(193)
Contrato a termo - Dólar	(7.916)	Setembro/18	Santander	(218)
Contrato a termo - Dólar	(9.074)	Outubro/18	Santander	(110)
Contrato a termo - Dólar	(135.155)	Dezembro/18	Santander	1.257
Contrato a termo - Dólar	(87.043)	Abril/18	Standard Chartered	(2.190)
Contrato a termo - Dólar	(35.304)	Maio/18	Standard Chartered	(243)
Contrato a termo - Dólar	(10.874)	Agosto/18	Standard Chartered	35
Contrato a termo - Dólar	(30.927)	Outubro/18	Standard Chartered	(46)
23. Garantias: Existem garantias prestadas pela Companhia a terceiros, em montantes equivalentes às operações realizadas, relativas às seguintes operações:				
	Tipo da Garantia	2017	2016	
Crédito Rural	Carta de fiança	147.338	138.445	
	Carta de fiança/ Seguro Garantia			

